



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social**

## **PATRIARCADO, FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS**

**DÉBORA ELITA DE SOUSA SILVA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

Neste artigo apresentamos as contribuições da concepção de criação do patriarcado para o Serviço Social por meio do feminismo marxista. Mediante pesquisa bibliográfica, apreendemos os principais aspectos da construção histórica do patriarcado e sua incidência sobre a formação da consciência feminista, e analisamos as contribuições do feminismo marxista para o Serviço Social.

**Palavras-chave:** Patriarcado. Mulheres. Feminismo marxista. Serviço Social.

### **ABSTRACT:**

In this paper we present the contributions of the patriarchy's creation conception to the Social Work by the marxist feminism. By means of bibliographical research, we apprehend the main aspects of the patriarchy's historical construction and its incidence on the formation of the feminist consciousness and analyse the marxist feminism's contributions to Social Work.

**Keywords:** Patriarchy. Women. Marxist feminism. Social Work.

## **INTRODUÇÃO**

Nas sociedades de caça e coleta, mesmo não existindo propriedade privada, havia uma destinação seletiva entre homens e mulheres em relação aos instrumentos e armas para a realização das atividades necessárias à manutenção dos indivíduos. A divisão sexual desses

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

objetos colaborava para que fossem considerados como mais importantes os trabalhos realizados pelos homens, aos quais eram destinados instrumentos e armas mais complexos, cuja produção e uso lhes eram exclusivos. Assim, mesmo sem a instauração da propriedade privada os homens já estabeleciam sobre as mulheres uma relação de dominação (Guillaumin, 2014).

Esse fato, contudo, não pode ser generalizado para todas as sociedades de caça e coleta, o que fica evidente por meio das análises de Lerner (2019), conforme a qual na maioria das sociedades de caçadores-coletores do ocidente a caça de grandes animais, realizada por homens, consistia numa atividade auxiliar, ao passo que os principais alimentos consumidos provinham das atividades desenvolvidas por mulheres e crianças, por meio da coleta e da caça de pequenos animais. Além desse fato, foi na sociedade de caçadores-coletores que as atividades se realizaram de forma complementar entre os sexos, e as mulheres apresentavam *status* relativamente alto.

Os estudos de Leacock (2019) sobre os povos Montagnais-Naskapi do Canadá também contribuem para refletirmos sobre a não existência de um padrão de desenvolvimento mecânico entre sociedades de caça e coleta, propriedade privada e relações patriarcais.

Os processos de instauração de relações de subalternização, violência e aculturação não aconteceram sem que houvesse resistência dos povos que os vivenciaram, e nesse sentido, enfatizamos a rebeldia que revela o protagonismo histórico das mulheres, e a consciência-resistência frente ao processo de aculturação religiosa perpetrado, por exemplo, pelos jesuítas sobre os povos Montagnais.

Diante do exposto, concebemos que a “[...] A teoria social feminista é desde sempre tributária [da] relação dialética entre prática política e produção do saber.” (Ávila e Ferreira, 2020, p. 116), o que denota a importância da análise proposta neste artigo, que parte do compromisso de aprimoramento intelectual teórico-político e visa contribuir para tal. Afinal, o Serviço Social se caracteriza como uma profissão comprometida com o fortalecimento de valores ético-político-sociais que contribuam para a construção de uma sociabilidade outra, sem opressão-apropriação-domação-exploração de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade.

## **DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIARCADO À CONSCIÊNCIA FEMINISTA**

Para apresentarmos as contribuições da concepção de criação do patriarcado para o Serviço Social por meio do feminismo marxista, partimos da apreensão dos principais aspectos da construção histórica do patriarcado e sua incidência sobre a formação da consciência feminista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, as contribuições de Lerner (2019) nos auxiliam a apreender o patriarcado como uma criação histórica, não restrito a um momento ou sociedade, nem a uma “origem”. Seu estudo, cuja base geográfico-histórica é a região ocidental, não se trata de uma teoria geral sobre o surgimento do patriarcado nem do machismo, embora tal fato possua um marco histórico processual.

[...] O período do “estabelecimento do patriarcado” não foi um “evento”, mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. [Parágrafo] Aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas (Lerner, 2019, p. 29).

“[...] a história é, sim, marcada por um corte de gênero” (Bonnet, 2020, p. 24). O patriarcado é um dos sistemas mais antigos de opressão, antecede o capitalismo e é por esse apropriado, adaptado e reproduzido, constituindo-se como indispensável à sua manutenção; tal como as relações sociais, também foi e permanece sendo historicamente constituído.

Em sua investigação sobre os fundamentos históricos do patriarcado, Lerner (2019) identificou que a definição de classe era distinta entre homens e mulheres, por isso, era necessário mudar o foco analítico da dimensão econômica para os aspectos de causa e efeito do controle sexual das mulheres. Nesse sentido, explicita que duas metáforas fundamentais da civilização ocidental serviram ao estabelecimento do patriarcado como ideologia: 1) a desvalorização simbólica das mulheres em relação à divindade; e 2) a metáfora perpetrada pela filosofia aristotélica conforme a qual as mulheres são supostamente incompletas e defeituosas se comparadas aos homens. Destaca-se também que as principais metáforas de representação de gênero da cultura ocidental têm origem mesopotâmica e hebraica.

A naturalização do patriarcado contribui para seu estabelecimento como ideologia e como prática de opressão. A explicação tradicionalista para a submissão/desigualdade entre homens e mulheres centra-se na capacidade reprodutiva feminina, considerada como principal atividade das mulheres e objetivo central de sua realização enquanto indivíduos, pois sem a realização dessa atividade pela maioria das mulheres ao longo da história não haveria trajetória a ser continuada pelas sociedades. Assim posto, a explicação tradicionalista alega como justa e funcional a divisão sexual do trabalho sustentada em distinções biológicas.

Conforme Lerner (2019), antropólogas feministas colocaram em xeque a afirmação de que as sociedades são universalmente dominadas por homens, revisaram dados e realizaram suas

próprias pesquisas de campo, o que, por sua vez, permitiu a descoberta de que a dominação masculina não era universal.

Na atualidade, a “história das mulheres” institucionalizou-se enquanto campo de pesquisa, de tal modo que hoje conta com revistas, editores, centros de pesquisa, cursos dedicados à temática, por exemplo, e há cinquenta anos legitimou-se uma narrativa que originou uma tradição de pensamento que reconhece as mulheres como sujeitos da história (Bonnet, 2020).

Estabeleceu-se um embate entre tradicionalistas e pensadoras feministas em relação à historicidade *versus* a naturalização do patriarcado. As feministas evidenciaram que até mesmo as ciências, como a Biologia, Antropologia, Zoologia, e Psicologia, buscaram negar, pelo comportamento dos animais, a construção social do gênero, visando naturalizá-lo, “[...] transformando chimpanzés em machos patriarcas” (Lerner, 2019, p. 45).

A história da humanidade nos revela que durante milênios a sobrevivência dos grupos humanos dependeu da dedicação das mulheres às atividades de cuidado com os filhos, visto que pelas próprias determinações objetivas de carência de alternativas de forma de alimentação e aquecimento dos bebês, por exemplo, as mães eram as únicas que podiam dar conta dessas atividades. Assim, a primeira divisão sexual do trabalho certamente decorreu das diferenças biológicas (não de força nem de resistência, mas unicamente reprodutivas), entre os sexos, que na época do Período Neolítico, por exemplo, tornavam as mulheres as cuidadoras exclusivas dos bebês e fez com que optassem pela atividade de coleta de alimentos (Lerner, 2019).

A constatação da complementariedade das atividades realizadas por homens e mulheres, bem como do nivelamento entre os *status* de ambos os sexos, e contribuições essenciais e inovadoras como a olaria, a cestaria, o conhecimento e o desenvolvimento da horticultura, explicita Lerner (2019), refutam a concepção tradicionalista do homem-caçador-dominante.

O caso dos Montagnais-Naskapi, por sua vez, revela que a imposição do patriarcado e da violência na cultura ocidental estão relacionados às mudanças na esfera econômica e à aculturação advinda da cristianização dos povos indígenas. Nessa sociedade, a armadilhagem substituiu a caça, e por ser uma atividade mais individualizada, contribuiu para que os homens assumissem a função de provedores, bem como possibilitou uma definição sexual de funções e esferas de interesses mais restritos a cada sexo. Podemos afirmar que as mudanças na estrutura econômica, social e cultural trouxeram a divisão sexual do trabalho, o patriarcado e a família monogâmica, que se tornaram comuns entre as culturas ocidental e oriental, em decorrência do estabelecimento de relações de dependência comercial e da colonização Leacock (2019).

Ter filhos é, portanto, um fato que ocorre em razão do sexo, mas o cuidado dos filhos posto como atividade exclusiva das mulheres é decorrente da concepção de gênero, socialmente construída e responsável por estabelecer entre homens e mulheres relações marcadas pelo antagonismo das suas atribuições, a hierarquia entre ambos e a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres.

Marx e Engels já afirmavam que a primeira forma de dominação estabelecida entre os indivíduos foi a dos homens sobre as mulheres: “[...] Em um antigo manuscrito inédito, elaborado por Marx e por mim em 1846, encontro o seguinte: ‘A primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos’” (Engels, 2018, p. 84). Engels (2018) revela a conexão das relações entre os sexos e as mudanças nas relações sociais, a partir do entendimento da posição social das mulheres ao longo da história. Marx e Engels, expressam, portanto, o rompimento com os tradicionalistas.

Destacamos que Engels (2018) na obra *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*: 1) revelou a relação entre as mudanças estruturais nas relações de parentesco e as mudanças na divisão do trabalho, bem como a posição das mulheres na sociedade; 2) explicitou a relação entre o estabelecimento da propriedade privada, do casamento e da prostituição; 3) identificou a relação entre a dominação política e econômica realizada pelos homens e o controle da sexualidade feminina pelos mesmos; 4) ao determinar “a derrota histórica do sexo feminino” como fato ocorrido durante a formação dos estados arcaicos, forneceu historicidade a tal acontecimento (Lerner, 2019).

Apesar de suas contribuições, todavia, ao identificar a relação entre os sexos como um “antagonismo de classes”, Engels criou um aparente “beco sem saída” no qual muitos teóricos ficaram presos por não entenderem as diferenças entre as relações de classe e as relações entre os sexos (Lerner, 2019). Isso inclusive contribuiu para que dentro do próprio marxismo as preocupações das teóricas feministas fossem interpretadas como uma questão menor, a ser resolvida automaticamente quando da superação do capitalismo; ou ainda, como uma questão que fragmentaria a luta de classes.

Ademais, Engels (2018) subordina a dominação das mulheres ao estabelecimento da propriedade privada. Para esse filósofo comunista alemão, quando os homens começaram a dominar as técnicas da agricultura e domesticaram os animais passaram a estabelecer as relações de propriedade privada, cuja hereditariedade precisava ser garantida. De tal modo, os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

homens se apropriaram também das mulheres para garantir o controle da hereditariedade das suas propriedades.

Conforme Lerner (2019) antes mesmo do desenvolvimento político e econômico institucionalizarem completamente o Estado, e antes mesmo do patriarcado se desenvolver como ideologia, as relações patriarcais entre os sexos já tinha sua matriz (a dominação sexual), estabelecida.

Os estudos sobre as sociedades revelam que não há comprovações da existência de sociedades matriarcais<sup>2</sup>; mesmo aquelas marcadas pelo culto à(s) deusa(s) se configuram como sociedades matrilineares<sup>3</sup> ou matrilocais<sup>4</sup>, inclusive, na maioria das sociedades matrilineares é o parente homem, geralmente “o irmão ou o tio da mulher, quem controla as decisões econômicas e familiares” (Lerner, 2019, p. 56). Assim, as estruturas de parentesco e a posição social das mulheres não se encontram necessariamente conectadas.

A mudança de sociedades matrilineares e matrilocais para patrilineares<sup>5</sup> e patrilocais<sup>6</sup> coincide com o estabelecimento dos estados arcaicos. A formação das classes, decorrente da formação social urbana, trouxe como mudança estrutural a transição da sociedade baseada em parentesco para a sociedade de classes e essa mudança incidiu de forma particular sobre a realidade de vida das mulheres. Assim, “[...] o *status* e os papéis das mulheres se tornam mais limitados conforme o aparato do Estado se torna mais complexo” (Lerner, 2019, p. 110).

Urbanização, institucionalização da escravidão, estabelecimento de um sistema de símbolos, criação da escrita...são processos mútuos e que se reforçaram para fortalecer a dominância masculina na vida pública e nas relações externas, ao passo que enfraqueciam as instituições comuns baseadas nas relações de parentesco. Mesmo as mulheres da elite, como sacerdotisas e rainhas, tinham seu poder/destaque político e econômico como algo que dependia de seus serviços sexuais.

---

<sup>2</sup> Sociedades matriarcais são definidas como aquelas nas quais as mulheres exerceriam sobre os homens relações de opressão/dominação.

<sup>3</sup> As sociedades matrilineares correspondem àquelas em que as relações de parentesco eram centradas nas mulheres, assim, a ascendência materna era utilizada como critério no sistema de filiação e de organização social. Exemplo disso é que “[...] a propriedade dos homens não era passada a seus filhos, mas para os filhos de suas irmãs” (LERNER, p. 47).

<sup>4</sup> A matrilocidade correspondia ao fato de que era a localidade da família da esposa que determinava onde o esposo deveria morar. Dito de outro modo, “[...] A matrilocidade estrutura o parentesco de forma que um homem deixe sua família de origem para morar com a esposa ou a família da esposa. [...]” (LERNER, 2019, p. 82).

<sup>5</sup> As sociedades patrilineares correspondem àquelas em que as relações de parentesco são centradas nos homens, assim, a ascendência paterna é utilizada como critério no sistema de filiação e organização social.

<sup>6</sup> A patrilocidade “[...] estrutura o parentesco de modo que a mulher tenha de deixar sua família de origem e morar com o marido ou a família dele. [...]” (LERNER, 2019, p. 82).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assim, com o surgimento do Estado arcaico, origina-se um conjunto de relações de poder por meio das quais os homens exercem domínio sobre outros homens e sobre *todas* as mulheres. “[...] o Estado arcaico, desde o princípio, reconheceu sua dependência da família patriarcal e igualou o funcionamento obediente da família à ordem no domínio público. [...]” (Lerner, 2019, p. 177-178) (grifo nosso).

Ao institucionalizar-se, o patriarcado definiu os limites entre as mulheres conforme a classe à qual pertenciam. A formação de classes ocorre, pois, simultaneamente à regulamentação sexual das mulheres e serve de base para a manutenção do Estado; é evidente, portanto, a imbricação entre as opressões de classe e sexo.

A hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos prejudicou decisivamente a vida das mulheres, como em relação à ausência de uma tradição que afirmasse e fortalecesse a independência e autonomia das mulheres. Não era divulgada a existência de mulheres vivendo sem a proteção masculina, e isso fortalecia a crença de que as mulheres não tinham história de forma autônoma (Lerner, 2019).

O que neste artigo nomeamos “feminicídio literário” – a exclusão das mulheres da história por causa do seu sexo – revela que “[...] A História das Mulheres, [é uma] ferramenta inicial ao se criar a consciência feminista nas mulheres, [e] oferece toda a experiência em comparação com a qual novas teorias podem ser testadas e sobre a qual mulheres [...] podem se posicionar” (Lerner, 2019, p. 312).

Dito isso, evidencia-se a relação e a importância do conhecimento sobre a construção histórica do patriarcado – em contraposição à ideia de que tal acontecimento teria uma origem universal –, e a constituição das lutas feministas, afinal, a história das mulheres tem potencialidade revolucionária.

## **FEMINISMO MARXISTA E SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES À PRÁXIS EMANCIPATÓRIA**

A partir das reflexões apresentadas anteriormente sobre a criação do patriarcado e a importância de conhecermos nossa história enquanto mulheres, discorreremos brevemente, neste item do artigo, a respeito da constituição do feminismo marxista e sua relação com o Serviço Social, visando analisar as contribuições dessa vertente feminista para essa profissão. Na contramão da afirmação de que supostamente o feminismo surgiu *apesar* das lutas sindicais e do partido comunista, as lutas do sindicalismo classista e das feministas *são historicamente relacionadas* (Bonnet, 2020) (grifo nosso).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na França, o debate sobre a história das mulheres emerge em 1970 num contexto marcado pela disputa universitária em desqualificar, sob o fato de ser considerado “marxismo”, os estudos acerca das lutas de classes e das revoluções. Uma formulação abstrata do termo “marxismo” levou à associação de que o mesmo seria sinônimo de totalitarismo, e isso adveio do objetivo de desqualificar as contribuições de Marx entre os pesquisadores universitários que até então o consideravam uma referência. Tal rechaça incidiu também sobre os movimentos feministas (Christofferson, 2004 apud Bonnet, 2020).

Em contrapartida,

A principal contribuição do marxismo para o feminismo e da dialética que os articula diz respeito ao método de apreensão da realidade e suas exigências irreduzíveis: partir do movimento do real, buscando suas determinações e mediações; tomar o caráter contraditório dos processos sociais; buscar suas particularidades em determinados contextos sociais e históricos. Contradição, historicidade, antagonismos: categorias fundamentais para o feminismo marxista (Ávila e Ferreira, 2019, p. 112-113).

O pressuposto marxista de que a história é um movimento dialético nos permite desnaturalizar a categoria mulher de sua definição estritamente biológica, e apreender, portanto, que na concretude das relações sociais, o gênero é social e culturalmente construído e no capitalismo tem servido à consolidação das relações de exploração, apropriação e opressão.

As feministas marxistas e socialistas introduziram a concepção de reprodução social<sup>7</sup> no debate sobre opressão de gênero e capitalismo há mais de trinta anos. Ao fazê-lo, argumentam que a estrutura produtiva e a organização de classes capitalistas constituem-se como fatores determinantes dos processos de reprodução social enquanto reprodução da vida humana. Nesse sentido, busca-se denotar a centralidade do trabalho de manutenção da vida e de reprodução das gerações seguintes como parte do trabalho necessário a todo processo de reprodução societal (Arruzza, 2017).

Faria (2020) destaca três aspectos da relação entre feminismo e marxismo. Quais sejam: 1) a análise de que a subordinação das mulheres possui fundamentos históricos e não se trata de uma inferioridade biológica; 2) a contribuição para a formação de sujeitos políticos que pode colaborar para transformar essa realidade de opressão e superar a subordinação entre os sexos; e 3) e o entendimento de que as bases materiais (fundamentadas na divisão sexual do trabalho,

---

<sup>7</sup> Reprodução social é diferente de reprodução societal. Reprodução social abarca a reprodução biológica, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das necessidades de amamentação e cuidado; ao passo que a reprodução societal inclui a reprodução social e corresponde à reprodução integral dos sistemas de relações sociais (Arruzza, 2017).



na família monogâmica e na heterossexualidade compulsória) são determinantes da relação de subalternização das mulheres aos homens.

O feminismo marxista/socialista tem como questão fundamental a dimensão social, que se expressa sob a apreensão de que é necessário articular os debates sobre a opressão das mulheres e a dimensão de classe. Assim posto, o feminismo marxista/socialista concebe que o horizonte da luta feminista é indissociável da luta socialista pela superação da sociabilidade do capital (Faria, 2020).

As feministas socialistas/marxistas partem do debate que aponta a carência das análises clássicas em relação à esfera da reprodução (da vida) e do trabalho doméstico, bem como do trabalho assalariado das mulheres. Assim, uma vez que a opressão das mulheres tem como base material a divisão sexual do trabalho, o esforço teórico em analisar como essa opressão ocorre no capitalismo levou as feministas socialistas/marxistas a considerarem o conjunto de experiência das mulheres, tendo como centro de seus estudos e questionamentos o trabalho (Faria, 2020).

A partir das análises de Marx e Engels acerca da família monogâmica, as feministas identificaram que há uma relação entre esse modelo de família, a imposição da heterossexualidade compulsória e a opressão das mulheres. Essas imposições, que coincidem com o estabelecimento da sociabilidade capitalista, foram fundamentais para garantir a segmentação entre as esferas produtiva e reprodutiva, servindo de base estruturante à divisão sexual do trabalho. A partir dessa segmentação entre produção e reprodução social, podemos apreender a supremacia masculina no capitalismo e a naturalização da violência patriarcal (Faria, 2020).

A vida é produzida e reproduzida tendo como alguns de seus atos históricos o estabelecimento das relações entre os sexos, a divisão do trabalho e a relação social de subordinação desenvolvida a partir dessa divisão. Essa apreensão está presente nas elaborações de Marx e Engels e em toda a teoria crítica feminista do século XX à contemporaneidade (Ávila e Ferreira, 2020).

Concebemos, que há, pois, uma relação dialética e de dependência entre produção de bens e reprodução de pessoas, as duas esferas que estruturam a divisão sexual do trabalho. Marx e Engels se ocuparam em analisar a primeira, e coube às feministas o compromisso de se ocupar da segunda, sob o entendimento de que essas dimensões não são dissociadas.

A relação intrínseca entre os interesses de ampliação do capital, inclusive pela via do capital rentista e a opressão-exploração das mulheres, se manifesta pela usurpação do fundo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

público, que afeta o trabalho não remunerado das mulheres da classe trabalhadora em relação aos cuidados, às filas de atendimento no Sistema Único de Saúde, à redução de ofertas de vagas na educação infantil, e outras consequências do desmonte das políticas sociais e públicas que auxiliam a reprodução e existência dos trabalhadores e trabalhadoras (Ávila e Ferreira, 2020).

No Brasil, desde o Golpe de 2016, os movimentos feministas têm fortalecido sua perspectiva revolucionária, descentralizando as lutas por políticas públicas e de participação na máquina estatal, ampliando, em contrapartida, o enfrentamento ao governo e os questionamentos quanto às possibilidades de mudança no que se refere às desigualdades sociais de classe, raça/etnia e gênero nos limites da sociabilidade capitalista (Castro e Abramoway, 2019 apud Castro, 2020).

Os impactos do (des)governo de Bolsonaro (2019-2022) na vida da classe trabalhadora incidiram especialmente sobre as mulheres, com o desmonte das políticas sociais, a perda de direitos, a propagação da moral conservadora, e o aumento da violência, com destaque para o crime de feminicídio<sup>8</sup> que teve um aumento de 22% se comparado ao ano que antecedeu a pandemia, representando o registro de 4 (quatro) mortes a cada 24 (vinte e quatro) horas.

Frente a essas questões, e objetivando identificar a relação entre o feminismo marxista e o Serviço Social, se no início da nossa trajetória histórica enquanto profissão, o Serviço Social tradicional contribuía para reforçar a reprodução material e ideológica do patriarcado, conforme o qual, dentre outras questões, as mulheres são as únicas responsáveis pelo bem-estar do lar, dos filhos e do marido, do cuidado com os idosos e com as pessoas adoecidas, essa compreensão conservadora começou a ser transformada a partir do compromisso profissional em analisar numa perspectiva histórico-crítico-dialética a realidade social.

A “virada” crítico-revolucionária no seio da profissão no Brasil teve como marco histórico o processo de intenção de ruptura<sup>9</sup>, tributário das lutas democráticas da década de 1980 contra a ditadura civil-militar e do método analítico marxista. Essa mudança de perspectiva na profissão, embora não tenha sido homogênea, foi e permanece hegemônica e forneceu-nos novo rumo e projeto profissional, materializados, inclusive, no Código de Ética do/a Assistente Social, em 1993, e no projeto ético-político profissional, permitindo a sintonia da profissão com pautas e projetos

<sup>8</sup> “Cresceram os feminicídios no 1º semestre de 2020, segundo o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O levantamento aponta que 648 mulheres foram assassinadas nos primeiros seis meses do ano, quando a pandemia de coronavírus chegou ao Brasil.” (Instituto Patrícia Galvão, s.d)

<sup>9</sup> Cf. dentre outros autores, Netto (2011).

societários democráticos e com potencial revolucionário, como em defesa das lutas feministas pelo fim da opressão de gênero.

Nessa perspectiva, o Serviço Social enquanto classe trabalhadora e como profissão comprometida com a defesa de valores sociais emancipatórios e revolucionários, e com as lutas pelo fim de todas as formas de opressão-exploração-apropriação-dominação precisa estar articulado e fortalecer as lutas feministas, tendo como desafio o mesmo elencado por Castro (2020) em relação à construção da unidade na diversidade que constitui tais lutas: identificar quais pautas e lutas colaboram para a unidade entre esses movimentos bem como quais contribuem para a segmentação entre os mesmos.

A classe trabalhadora é diversa, portanto, pensá-la sem suas contradições seria realizar uma mera abstração mental a partir de uma leitura distorcida dos textos de Marx e Engels, que, em contrapartida, dizem de uma classe trabalhadora real. Assim como as relações são coextensivas e consubstanciais, as lutas contra as opressões também precisam sê-lo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises traçadas neste artigo apreendemos os principais aspectos da construção histórica do patriarcado e identificamos sua relação com o processo de fomento da consciência feminista, afinal, conhecer a história é ponto de partida que possibilita transformá-la.

A história das mulheres integra a história da humanidade. Mesmo frente ao “feminicídio literário”, temos resistido e nossa história revela que o patriarcado não é natural, justo, nem imutável. As nossas distinções biológicas em relação aos homens, como a capacidade de ter filhos e amamentar, se inicialmente foram facilitadores do estabelecimento das primeiras formas de divisão sexual do trabalho, não devem tornar essa divisão estática, inclusive porque a complexificação das forças produtivas têm posto em movimento novas relações de trabalho, ao passo que as atribuições domésticas e de cuidado ficaram propositalmente estagnadas e são estrategicamente utilizadas pela sociabilidade capitalista como forma de oprimir de modo particular as mulheres, pela via da exploração do trabalho reprodutivo não-pago.

O feminismo e o marxismo, enquanto perspectivas emancipatórias, possuem em comum o compromisso teórico e político de apreender criticamente o mundo com vistas a transformá-lo. Conforme Cahen (2018 apud Castro, 2020) a análise marxista desvela a existência, a estrutura e os desafios à superação da sociabilidade capitalista enquanto modo de produção hegemônico e global, o que não nos impede de reconhecer que a classe trabalhadora é heterogênea.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ao longo da história da humanidade, nós mulheres, parte massiva dessa classe, sofremos inúmeras formas de violência e perseguição inclusive quando nos rebelamos contra a opressão patriarcal. O feminismo marxista tem como características fundamentais o compromisso anticapitalista e a concordância com o princípio marxista conforme o qual a história da humanidade é, até a contemporaneidade capitalista, uma história de luta de classes (Moraes, 2020).

A divisão sexual do trabalho, o estabelecimento da família monogâmica, a constituição do Estado arcaico e o estabelecimento da propriedade privada estão estruturalmente relacionados à história das mulheres, e revelam a imbricação das relações sociais de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade. Nessa direção, o exercício de reflexão sobre o patriarcado nos permitiu apreender alguns dentre os principais aspectos da construção histórica desse sistema de opressão-exploração-apropriação-subalternização das mulheres pelos homens, e expressa sua relevância à profissão do Serviço Social considerando o empenho teórico e ético-político profissional com o combate à todas as formas de opressão. Tal compromisso, aliás, se expressa também na luta da categoria profissional em fortalecer os movimentos feministas vinculados à luta revolucionária anticapitalista.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. **Funcionalista, determinista e reducionista**: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx* n.10. UNICAMP: Campinas, 2017.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética. In: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

BONNET, Anabelle. O feminismo marxista tem uma história? Breve estudo do caso francês. In: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

CASTRO, Mary Garcia. Desafios ao marxismo e ao feminismo emancipacionista em tempos de barbárie neoliberal. In: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução de Nélio Schneider – São Paulo: Boitempo, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FARIA, Nalu. Feminismo socialista: um panorama do pensamento e da luta das mulheres. In: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

GUILLAUMIN, Collete. Prática do poder e ideia de natureza. In: **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Collete Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. / organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.] – Recife: SOS Corpo, 2014. p.27-99.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra as mulheres em dados. Femicídios na pandemia: quatro mulheres são mortas a cada 24 horas Disponível em: <  
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/femicidios-na-pandemia-quatro-mulheres-sao-mortas-a-cada-24-horas/#:~:text=Cresceram%20os%20femic%C3%ADdios%20no%201,de%20coronav%C3%ADrus%20chegou%20ao%20Brasil>. Acesso em 28 jun. 2023.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. [Tradução de Susana Vasconcelos Jimenez]. – São Paulo: Instituto Lukács, 2019 (Parte I - As Mulheres numa Sociedade Igualitária: os Montagnais-Naskapi do Canadá/ págs. 67 a 119).

LERNER, Gerda. **A Criação Do Patriarcado**: História Da Opressão Das Mulheres Pelos Homens. Tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Breve história do feminismo marxista. In: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. – 16 ed. – São Paulo : Cortez, 2011.